

Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências da Arte
Faculdade de Artes Visuais
Curso de Museologia

Luis Filipe Mosqueira Corrêa

**Pensado a salvaguarda patrimonial a partir da Análise do
Discurso dos relatórios municipais de Antônio Lemos
(1897-1902): um olhar museológico**

Belém
2014

Luis Filipe Mosqueira Corrêa

**Pensado a salvaguarda patrimonial a partir da Análise do
Discurso dos relatórios municipais de Antônio Lemos
(1897-1902): um olhar museológico**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do grau de Bacharel em
Museologia, Faculdade de Artes Visuais,
Universidade Federal do Pará.
Área de Concentração: Museologia
Orientador: Prof.^a Msc. Flávia Olegário Palácios

Belém
2014

Luis Filipe Mosqueira Corrêa

**Pensado a salvaguarda patrimonial a partir da Análise do
Discurso dos relatórios municipais de Antônio Lemos
(1897-1902): um olhar museológico**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
para obtenção do grau de Bacharel em
Museologia, Faculdade de Artes Visuais,
Universidade Federal do Pará.
Área de Concentração: Museologia
Orientador: Prof.^a Msc. Flávia Olegário Palácios

Data de Aprovação:

Banca Examinadora:

Flávia Olegário Palácios - Orientadora
Mestra em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Federal do Pará

Marcela Guedes Cabral - Membro
Mestra em Crítica Cultural
Universidade Federal do Pará

John Fletcher Couston Junior - Membro
Mestre em Arte
Universidade Federal do Pará

Dedico este trabalho a tudo e a todos com quem travei contato até então, que me fizeram ser e pensar como hoje.

“A esperança, em si, existe e não existe. Dá-se com ela o que se dá com as estradas da terra. Com efeito, Inicialmente não havia estradas na terra, porém cada vez que um grande número de pessoas passava pela mesma trilha, um caminho acabava por se abrir.”

Lu-Hsin

RESUMO

O presente trabalho traz uma abordagem sobre o discurso do monumento histórico e a memória durante o período conhecido por *Belle Époque* na cidade de Belém. Partindo da hipótese de que esse discurso pretérito teria em seu fundo a noção de herança que em parte constitui a noção atual de patrimônio cultural – e também de preservação – e utilizando-se da metodologia da Análise do Discurso, são empregados os relatórios municipais (1897-1902) de Antônio Lemos para discutir a trajetória de desenvolvimento das ideias do patrimônio cultural e sua salvaguarda, tentando-se articular a salvaguarda do patrimônio cultural dentro e fora dos museus.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Patrimônio Cultural; Memória; *Belle Époque*; Salvaguarda

ABSTRACT

This paper presents an approach of the discourse of historical monument and memory during the period known as *Belle Époque* in the city of Belém. It is assumed that this past discourse would have in its background the idea of heritage, which in part compose the current concept of cultural heritage – and of its preservation. Using the Discourse Analysis methodology, it was used the municipal reports (1897-1902) of Antônio Lemos to discuss the trajectory of the cultural heritage and its preservation ideas development, articulating with the safeguard of cultural heritage within and outside the museum.

Keywords: Discourse Analysis; Cultural Heritage; Memory; *Belle Époque*; Safeguard

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 - Avenida da Independência, atual Av. Nazaré.....	18
Figura 2 - Docas do Ver-o-Peso e Mercado de Ferro.....	34
Figura 3 - Monumento a Frei Caetano Brandão.....	37
Figura 4 - Obra <i>Últimos Dias de Carlos Gomes</i> no Gabinete da Intendência.....	40
Figura 5 - Urbanização das vias públicas.....	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

INRC	INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
SPHAN	SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
MPEG	MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
MABE	MUSEU DE ARTE DE BELÉM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NA BÉLLE ÉPOQUE EM BELÉM.....	14
2. MONUMENTO E MEMÓRIA.....	20
3. INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS E A ANÁLISE DO DISCURSO: MOBILIZANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL	26
4. AS MARCAS E MEMÓRIAS DE UMA ÉPOCA.....	30
4.1. OS SIGNIFICADOS DO DISCURSO E A MUSEOLOGIA.....	30
4.2. O LEGADO DE ANTÔNIO LEMOS.....	31
4.2.1. Os relatórios municipais.....	32
5. O PATRIMÔNIO E O DISCURSO MUSEOLÓGICO	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

A *Belle Époque* pode ser importante subsídio para se pensar o patrimônio cultural, a memória e identidades locais, principalmente por ter sido estabelecida através de contatos interculturais. Em se pensando a memória social, pode-se ver seu valor no processo de aprender, conhecer e estruturar o cotidiano vivido, das marcas que compõem o imaginário e identidades, e mesmo a memória histórica, que tem importância no processo, pois fundamenta uma ação mais concreta sobre a vivência e seu contexto.

Conduzido pela memória, o indivíduo pode manifestar-se de inúmeras formas, e dentre elas, pode-se citar a tradição escrita, as artes, e até a oralidade, que pode destacar-se por demonstrar a dinamicidade com que o pensamento pode criar e recriar a realidade, o cotidiano, podendo sem as amarras da escrita formal, tornar-se poderoso instrumento de interpretação dessa realidade, que nem sempre está de acordo com o pensamento da academia. Não sendo diferente no período da *Belle Époque*. Apesar disso, nem tanto por desconfiança, mas para complementar o estudo, as formas de expressão como a tradição oral e a tradição escrita não serão tratadas como formas plenas de verdade, mas como contrapartes de uma mesma visão, já que Pollak (1992) diz que qualquer documento histórico é socialmente construído, estando sujeitos às mesmas flutuações de interpretações.

A memória, em se estreitando a visão à tradição escrita, é regulada por algumas formalidades que naturalmente a regem, mas a peculiaridade mais interessante a que podemos associá-la é no que tange ao discurso que pode regular tanto sua produção, quanto sua interpretação, pois em vínculo com as ideias e memórias que permeiam a vida social mais ou menos abrangente, podem se traduzir no que poderíamos chamar de materialidade do discurso, ou mesmo de materialidade da memória, que Orlandi (2009) caracteriza também como o interdiscurso.

Assim como o patrimônio de pedra e cal, a memória é deixada como herança de uma época, de um pensamento, passando entre gerações e sendo marcada pelas mudanças em que o processo de ver a realidade sofre. Entre o final do período idílico da *Belle Époque* e os dias atuais, mais de um século foi percorrido, mas no ato de rememorar o passado, foi se estabelecendo até os dias atuais a duradoura marca desse período.

A *Belle Époque* foi um período de grande relevância na capital paraense, pois diferente de outros períodos, este foi de curta duração, se comparado a outros períodos históricos, porém, foi de intensidade suficiente para deixar marcas permanentes, tanto no que diz respeito ao fator cultural, quanto no social e também científico. Essas marcas se deixam ver pela materialidade dos patrimônios culturais, e também na imaterialidade herdada, seja na forma de agir, de pensar a cidade e estabelecer-se neste espaço de convívio, que são expressos na escrita, pela literatura, em documentos oficiais, nas mais diversas formas de expressão social ou em poucas palavras: no patrimônio cultural. Este, por sua vez, está em consonância com as práticas sociais de toda uma sociedade.

A relação entre o patrimônio cultural e ser humano é um dos importantes focos da disciplina museológica, que se debruça nos estudos do patrimônio cultural. Segundo Scheiner (2009), essa relação entre indivíduo e o patrimônio se dá a partir da forma como o mesmo apreende e interpreta a realidade. A partir dos meios mais tradicionais e mesmo com os estudos que fogem um pouco do tradicionalismo, esse patrimônio seria visto pela Museologia, ao mesmo tempo em que estaria partindo da apreensão que a sociedade teria sobre o patrimônio. Mas qual seria essa percepção sobre o patrimônio? Qual seria essa percepção sobre a *Belle Époque*? Será que estaria de acordo com as diretrizes da disciplina acadêmica da Museologia ou seria, mesmo que diversa desta, uma forma de construção da memória e do patrimônio? Tais questionamentos serviram de base para se pensar o discurso da *Belle Époque*, seja o mais antigo, ou o mais atual.

Chagas (2005), vê a pesquisa no campo museológico tendo foco nas relações entre o patrimônio cultural, o indivíduo e o local onde as práticas sociais ocorrem. Naturalmente, esse local poderia ser pensado como o museu em si, porém, dá a liberdade de pensar de forma mais expansiva. Esta visão se torna importante, pois é uma forma de libertação das amarras do museu sobre essa relação, permitindo ainda a possibilidade de se pensar as práticas museais associadas à memória social. Indivíduo e patrimônio cultural, estariam, partindo desta perspectiva, concatenados entre si em lugares e tempo os mais diversos que se possam pensar.

Este trabalho abordará o processo de investigação museológica da *Belle Époque* em Belém do Pará, tendo como premissa inicial a ideia de que a partir de documentos primários, seria possível captar o discurso da museologia e dos processos museológicos associados às práticas do patrimônio cultural. Essa análise

de discurso é feita tentando-se perceber como a teoria atual do patrimônio pode ser discutida diante da noção que se tinha do mesmo no período do governo de Antônio Lemos (1857-1911).

Uma premissa principal que será considerada é que os símbolos da época, como nomes, lugares, acontecimentos, edificações e objetos agem como um gatilho para o acionamento da memória que se estabelece sobre uma determinada época. Dentro da narrativa escrita e oral de cada um, as ideias sobre o patrimônio cultural e a museologia estão presentes em maior ou menor nível de conhecimento e/ou importância, cabendo nesta análise, verificar a partir da perspectiva museológica, como se configuram esses discursos da *Belle Époque*.

Problematizando essa relação com o patrimônio cultural¹, e através da perspectiva museológica, utilizando-se da Análise de Discurso da *Belle Époque* em Belém, este trabalho busca realizar uma análise comparativa entre a percepção patrimonial da época da *Belle Époque* através dos relatórios municipais do governo de Antônio Lemos, contrapondo-se a visão museológica que se discute atualmente, que permite olhar de mais abrangência no tocante às categorias do patrimônio cultural. Como objetivos específicos se busca entender como esse discurso foi pensado, tendo por base a visão contemporânea sobre patrimônio e museologia; compreender como a museologia poderia ser mobilizada através dessas percepções; e verificar o avanço tanto da percepção sobre o patrimônio em sentido lato, como dos mecanismos de salvaguarda do mesmo.

Será considerada a hipótese de que durante a *Belle Époque* já se antecipava em parte a questão que se desenvolve atualmente sobre o patrimônio e sua salvaguarda. Uma marca que habitualmente é envolvida no pensar patrimonial – seja este pensado ou não como tal – é sobre uma de suas condições essenciais ser a memória sobre algo, partindo deste interesse, a necessidade de criar mecanismos que possibilitem sua permanência como símbolo destes atributos.

A tradição historiográfica se debruçou principalmente sobre as características econômicas da época, e os estudos arquitetônicos tiveram bastante relevância em apresentar como ocorreu a transição de uma época em que a arquitetura foi objeto de formalização dessas mudanças.² Por outro lado, os estudos

¹ Sendo esta uma visão bem ampla sobre o patrimônio que tenta evitar a distinção entre materialidade e imaterialidade.

² Cf. SOUZA (2010), BARRA (2003) e DEAN (1989)

que punham aspectos culturais em foco são mais escassos, contudo, as abordagens possíveis de se fazer por essa perspectiva são as mais diversas possíveis. Sendo a perspectiva da museologia e do patrimônio cultural uma importante contribuição para o quadro de estudos sobre a *Belle Époque*.

A primeira parte do trabalho buscará fazer o recorte do período da *Belle Époque* e discutir os principais tópicos sobre como o patrimônio cultural teve sua importância mobilizada durante a época, tentando delinear os principais conceitos que foram utilizados como base para pensar os discursos passados e presentes sobre a época.

Para trabalhar alguns dos temas sobre memória serão utilizados Nora (1993), que dará base para serem pensados sobre os lugares de memória, e Santos (2003) que é importante para ter uma visão mais abrangente sobre o tema, bem como Pollak (1992) que permite uma visão mais em consonância às ideias sobre identidade, que também serão exploradas.

Em um segundo momento deste trabalho será abordada a relação entre o monumento – representado pelo patrimônio histórico – e a memória social e como ambos estão sendo trabalhados mutuamente para o delineamento da visão que se propõe para este estudo.

Durante o terceiro capítulo, serão trabalhados os elementos principais da análise de discurso, e como a partir dela, a perspectiva museológica pode investigar os discursos que estão associados ao patrimônio cultural da *Belle Époque*.

No quarto capítulo será feita a Análise do Discurso dos relatórios municipais da cidade de Belém no período da intendência de Antônio Lemos, no que diz respeito ao patrimônio cultural, discutindo os principais resultados. Dentro dessa perspectiva a memória será trabalhada, se enfatizando a importância da relação entre indivíduo e o patrimônio.

No último capítulo será feita a contraposição entre os conceitos vistos anteriormente, com os valores e conceitos da museologia e do patrimônio, com o fim de avaliar o desenvolvimento e o papel desempenhado pelo discurso referente ao patrimônio histórico cultural.

1. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA NA BÉLLE ÉPOQUE EM BELÉM

Quando em 1869 se lançou a pedra de construção do Theatro da Paz, já se engendravam as transformações que se estabeleceram no decorrer da segunda metade do século XIX na capital do Pará, e em toda a região Amazônica. Bem antes, no coração da floresta, a goma elástica, criada a partir da resina retirada da árvore de seringa, não possuía toda a utilidade da atualidade, mas a importância que situa nas mudanças que viriam é das maiores. Com a descoberta do processo de vulcanização da borracha, sua produção se tornou base para a ascensão da indústria mundial. E o terreno amplo do mercado mundial é que estruturou economicamente as mudanças que Belém do Pará passou.

Já durante a década de 1850, a procura cada vez maior do látex estava subitamente mudando os recursos regionais, reorganizando a mão de obra extrativista para a borracha, principalmente nos arredores da capital (DEAN, 1989). Sua relevância, primeiramente como produto complementar nas receitas econômicas de exportação no estado, logo tornou-se a mais importante fonte de renda para os grandes seringalistas e para a elite econômica e política de forma geral. A riqueza produzida era proporcional ao desenvolvimento da indústria ascendente, e não era pouca.

Nas linhas de navegação dos vapores que cortavam o oceano, era por onde escoava a grande produção da borracha, mas por esses vapores, é que, além das mercadorias, se encontravam as culturas, se chocavam os valores, sociais, políticos. Nesses encontros é que também se repensava a própria dinâmica de Belém, a dinâmica da cidade, a dinâmica da vida.

É interessante notar que assim como o próprio látex era posto no circuito de trocas comerciais, a cultura parisiense passou a circular com maior facilidade não apenas na capital paraense, mas também em muitos outros locais. Esse ideário feito circular a partir da cultura, segundo Coelho (2011, p.145), se configurou como o mito de representação de uma “Idade de Ouro do Progresso e da Civilização”, sendo essa ideia presente na atualidade do discurso que pensa a época.

Essa ideia é vista por Castro (2011) como fruto “da experiência de uma modernidade periférica [que] prosseguiu no imaginário social local ao longo do século XX” (p. 10), sendo, portanto, importante ser vista como processo catalisador tanto das mudanças ocorridas na época, como na estrutura mais recente.

A *Belle Époque* em Belém do Pará foi um período que se estendeu entre o fim do séc. XIX e início do séc. XX, tendo sido sustentado economicamente pela grande indústria extrativista da matéria-prima do látex, e que se desenvolveu para o mercado internacional. É considerado como um “período de opulência sem par na região, e promoveu uma série de melhorias urbanas na capital” (NELO SOARES, 2009, p. 45), sendo historicamente muito importante.

Uma série sucessiva de acontecimentos, que à época não tinham muita importância, levaram um certo Wickham em 1876, desaparecido em meio a selva amazônica, a fazer um dos mais importantes carregamentos de sementes de seringueiras diretamente para o território inglês. Talvez sem saber, ele seria um dos que contribuiria para a decadência da época considerada das mais gloriosas da capital do estado do Pará.³

A produção da borracha na Região Amazônica não era das mais organizadas, e somada à esse recurso que trazia riqueza tão abundante quanto ele próprio o era, foi difícil perder a confiança nos bons dias. A despreocupação dos seringalistas por um lado, permitia que silenciosamente se fizesse o movimento que aos poucos quebraria a economia da borracha. Era um verdadeiro embate entre as demandas por recursos naturais de um lado, e as dos produtos industrializados, por outro, e diferente da borracha que lá chegava, o que se importava para cá, carregava consigo todos os valores culturais que a elite em ascensão almejava.

O ideal tão cobiçado, denotava, a vontade de se fazer tão grandiosos quanto era o *mundo* europeu, diverso do encontrado nos confins da região amazônica e representado pela *capital do mundo*, a Paris, do final do séc. XIX que se torna o espelho no qual a burguesia ascendente buscava-se refletir.

Costumes, modos de vida, idioma e tudo o mais que representasse o que era visto como civilizado era importado para a capital paraense, sendo considerada a própria *Paris n'América*. A imagem idealizada da França, surge "no final do século XIX, na condição de uma grande e poderosa metáfora, espaço-síntese de uma forma de vida requintada, elegante, culta e civilizada" (COELHO, 2011, p. 141). Todo o *atraso* que pairava sobre a Região Amazônica, principalmente nas capitais, onde as elites se instalavam deveria ser extirpado, distanciado dos centros de convivência

³ Cf. DEAN, 1989, p. 51-65

e sociabilidade, representados pelas praças, casarões, monumentos e festas, pois a realidade passada, não condizia mais com o novo ideal civilizador.

O período de fausto da capital paraense findou o séc. XIX sem tantas preocupações, sendo durante essa transição, a consagração, materialmente se falando, do que foi a *Belle Époque*. Porém, com a concorrência internacional na produção da borracha fazendo frente à crença infundada na qualidade da borracha amazônica, já se podia entrever que os tempos ficariam cada vez mais difíceis, pois a economia dependia quase que exclusivamente deste recurso, chegando em alguns momentos a impulsionar os números das exportações nacionais.

No ano de 1906, a produção de borracha da Malásia dá um salto, e em 1910, finalmente sua produção ultrapassa toda a produção nacional, tornando concretos todos os medos e desesperanças que já eram cultivados – assim como era cultivada a seringa no sudeste asiático – na região. Belém era o ícone de toda a indústria da borracha, e com esse processo agindo como o fracasso dos esforços na produção do látex, a Era da Borracha tem seu fim decretado em 1908, quando há um grande “decréscimo nos preços [do látex] pela entrada da produção asiática” (DAOU, 1999, p. 10) E essa

(...) derrota do látex é, por vezes, associada aos fracassos pessoais dos milhares de aventureiros que imigravam para o Pará com destino aos seringais. Noutras vezes, é o fracasso da própria cidade de Belém que é o tema de histórias e a margem das associações. (CASTRO, 2010, p. 48)

O recorte do período que escolheu-se para a atual abordagem será o da intendência de Antônio Lemos, onde algum tempo depois da construção do Theatro da Paz, que pode ser considerado uma marca simbólica de entrada na *Belle Époque*, já se consagravam esses ideais. A existência desses ícones da cultura burguesa tinha sua presença como forma representativa da “objetivação dos anseios de civilização das sociedades amazonense e paraense.” (DAOU, 1999, p. 15)

Dentro do processo civilizador na região, a cidade, apesar de ser o símbolo maior de mudanças, sofria uma modernização periférica, pois distante dos grandes centros modernos, tanto geográfica, quanto culturalmente, tentava discursivamente estabelecer-se no rol das alegorias da modernidade. Portanto, pode se considerar a cidade como “[...] um dos totens do imaginário moderno”, que dentre outras coisas, faz a confluência “[...] da memória com o esquecimento. Confluência das paredes a serem construídas com a ruína das construções demolidas.” (CASTRO, 2010, p. 92) Este espaço, concentrava todos os símbolos da

modernidade que se buscava para a cidade, e principalmente em se tratando da cultura material,

edificar era dominar a natureza, abrir as portas da região ao progresso, à civilidade, à higienização e à ordenação das cidades, significando o combate aos costumes considerados atrasados da população. Por este prisma, construir teatros, museus, bibliotecas, escolas, para citar alguns prédios públicos, era um projeto político da modernidade (SOUZA, 2010, p. 100)

Um dos grandes legados deixados durante o período foram esses profundos crescimento e modernização sofridos nos principais bairros centrais da cidade, onde um rastro de urbanização deixou sua marca em monumentos, praças, edificações e mesmo no transporte, que foram os maiores contribuintes no processo de expansão da vida social da capital paraense.

A urbanização da cidade não era feita impensadamente, pois do ponto de vista objetivo, trazia muitos benefícios para a própria produção do látex, já que “na prática, uma cidade *modernamente* bela era capaz de atrair mão-de-obra, financiamentos, lojas, comércios, entre outros interesses” (SOARES, 2008, p. 44, grifo do autor), todos interesses pelo qual o poder público gravitava para que a cidade “mantivesse sua urbanização atraente” (*ibid.*) tanto como um cartão postal de contato com seu mercado, quanto para si mesmos, já que a partir da década de 1890 a capital passou a ser um polo atrativo para a elite da região. (Figura 1) (WEINSTEIN *apud* SOARES, *ibid.*)



Figura 1 – Avenida da Independência, atual Av. Nazaré
(Fonte: Álbum de Belém. Pará, 15 de Novembro de 1902)

Além disso, o campo intelectual sofreu grande impacto com as associações literárias e o estabelecimento do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), mas essas novidades nada mais demonstram que agora “ciência e literatura eram pensadas como atributos e virtudes do sujeito social de um mundo novo”. (COELHO, 2011, p. 160)

Esses e outros exemplos, enumeram as várias facetas da *Belle Époque* em Belém, mas deve-se alertar ao risco de limitar o olhar para o período, pois se esse olhar delimitado contribui no desenvolvimento teórico e prático do trabalho científico, pode em dado momento dificultar uma leitura mais crítica da importância que outros elementos de influência trazem ao todo. Para a análise que se segue, o que se convencionou chamar de *Belle Époque*, será considerado como o

[...] complexo processo de relações culturais, sociais e mentais, mas também materiais e políticas, desenvolvidas no interior de um *corpus* reconhecido historicamente como o da cultura burguesa e da sua afirmação no interior dos quadros hegemônicos do capitalismo no final do século XIX. (*ibid.*, p. 141)

Até mesmo o âmbito político tem influência, pois o período se estabelece entre o “final do Segundo Reinado e as décadas iniciais da implantação do regime republicano no Brasil” (DAOU, 1999, p. 23). Esses componentes dão um olhar sobre a *Belle Époque* que permite um retrato mais delimitado a meados do final do séc. XIX.

Mesmo durante a primeira metade deste século era possível ver viajantes que “admiravam-se com a presença, em Belém e Santarém, de bens e valores da cultura francesa” (COELHO, 2011, p. 146), o que acaba demonstrando que apesar de o crescimento econômico que proveio da exportação do látex ter impulsionado o desenvolvimento material, esses outros componentes lhe davam sustento.

Podemos considerar os bens associados a cultura francesa alguns dos patrimônios culturais citados que nos foram deixados como legado. Da perspectiva dos monumentos históricos, podemos percebê-los como artifício de conservação da memória, de testemunha ao passado. Segundo Poulot (2009), o monumento faz parte do desejo de manter algo de importante durante o tempo, sendo seu objetivo “conservar, para a posteridade, a lembrança de algo importante”. Partindo desta constatação, e levando em conta o que foi considerado anteriormente sobre o período da *Belle Époque* como a Era da Borracha, o período de maior opulência da região, em que a cultura amazônica foi populada pela cultura refinada francesa,

podemos perceber o quanto os monumentos da época foram um marco de importância do que esses elementos representavam para a cidade e para quem a vivia.

2. MONUMENTO E MEMÓRIA

De um ponto de vista mais típico, consideraríamos que um monumento tem grande importância na definição de memória e identidades de uma sociedade, sendo a construção desses elementos como o patrimônio cultural de vital importância, porém, em se pensado de forma mais prática sobre o período abordado, vemos que mesmo essa ideia sendo verdadeira, acaba se tornando representativa de apenas uma pequena parcela da sociedade, que fora outrora a elite da borracha, mas por outro lado, também outras características associadas a esses patrimônios são importantes para se pensar a própria formação tanto de uma mentalidade urbana, quanto cultural da cidade, que persiste e é importante até a atualidade.

Se detendo um pouco aos aspectos da materialidade presente na *Belle Époque*, podemos rever alguns exemplos, como o próprio Teatro da Paz, citado anteriormente, e também todo o conjunto arquitetônico, monumental e paisagístico das Praças da República, Batista Campos, Frei Caetano Brandão e outros como o Mercado de Ferro do Ver-o-Peso.⁴ Por sua vez, fazem parte dos bens patrimoniais tombados, sendo pertencentes a categoria dos patrimônios históricos e artísticos, que devem sua importância à excepcionalidade de tais características frente à população nacional ou regional.

O discurso que pensou o período, porém, desde o seu término até não muito, focavam-se apenas nos “domínios da história econômica e não nos campos da história cultural” (COELHO, 2011, p. 151), sendo importante contribuir com aspectos que clarificassem o sentimento mais intrínseco que é mantido dentro da memória coletiva, pois “lançar um olhar sobre a *Belle Époque* em Belém é retornar antigos percursos da memória histórica, da memória coletiva e do próprio discurso da história.” (*ibid.*, p. 150)

Duvignaud (1990) pensa sobre as rupturas de momentos históricos, que podem carregar consigo uma preocupação com a memória. A quebra de paradigmas sociais, políticos, de modos de vida e de se portar na realidade ocasionam essa

⁴ É importante mencionar que o Teatro da Paz, a praça Frei Caetano Brandão e o conjunto arquitetônico e paisagístico do Ver-o-Peso foram tombados pelo IPHAN em 1963, 1964 e 1977 respectivamente, enquanto que as praças da República e Batista Campos foram tombadas pelo município durante a década de 1980, o que pode gerar uma série de discussões em torno da relevância de cada um desses patrimônios para a memória regional ou nacional.

ruptura. Na antecessão do momento da *Belle Époque* em Belém há uma ruptura material e de valores, mas não tão grande como o que lhe sucederia algum tempo depois.

A primeira grande guerra, como que complemento a uma já grande catástrofe, e seguindo alguns dos preceitos que se maturavam nessa época, veio quase que conseqüentemente à quebra da Era da Borracha, causando agora, essa sensação de deslocamento. As memórias de um passado áureo se descortinavam para se ver um cenário de medo e insegurança econômica que pairava sobre a sociedade. Lembrar era importante, mas não lembrar, apenas, e sim permitir que a memória que fora construída socialmente, na coletividade, viesse à tona.

Neste cenário incerto, a memória encontrou seu refúgio, e não só nos monumentos históricos – já adquiridos de novos valores – e em tudo o mais que representasse o perpétuo, mas principalmente se assentou nas bases sólidas da memória coletiva.

A memória coletiva é importante, pois ao considerá-la a consciência que o ser tem sobre algo, poderemos entender que “indivíduos não recordam sozinhos, quer dizer, eles sempre precisam da memória de outras pessoas para confirmar suas próprias recordações e para lhes dar resistência.” (SANTOS, 2003, p. 43), pois o próprio raciocínio utilizado para entender a *Belle Époque* aqui, considera as sociabilidades, que dinamizaram a vida urbana e conseqüentemente dão espaço para se pensar na coletividade da memória. Em poucas palavras, “as memórias coletivas passam a ser sinônimo de representações coletivas que trazem com elas uma dimensão histórica.” (*ibid.*, p. 12)

A coletividade da memória fica em perpétuo diálogo com a individualidade e também consigo mesma, sendo difícil delinear ou impor limites e particularidades ao fenômeno. Um tópico que podemos discutir neste caso, é sobre a influência que esses fatores determinam para o indivíduo, pois em muitos casos a memória agiria exterior ao indivíduo ao mesmo tempo em que seria intrínseca a ele.

Pollak (1992, p.2) poderia chamar isso de uma memória herdada, nos dizendo que na vida social “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”. Essa herança não seria, portanto, uma lembrança de fato, se pensarmos por um viés biológico, mas sim, nos termos sociais, em que essa memória seria construída em

meio ao embate entre o indivíduo e seu espaço social. Seria um processo de identificação de si mesmo com a memória social.

Nora (1993, p. 9), pensando um pouco no que chamou de lugares de memória, define algumas especificidades da memória em relação à história, e diz que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo”. Os lugares de memória são segundo esse autor, um processo de cristalização de alguns momentos de interesse para a história de uma sociedade, sendo lugares tanto no sentido material, como também no simbólico e no funcional.

Pensando um pouco mais além, podemos considerar as sociabilidades, a coletividade, o *locus* onde esse processo toma forma. Se estabelecendo no concreto, esta memória fica contida no patrimônio de pedra e cal, ao mesmo tempo em que permanece além dela, fora da matéria. A memória não age por si. Não está apenas nas pessoas, assim como não apenas nas coisas. Fica, no espaço intermediário entre elas ao mesmo tempo em que consolida essa relação entre sujeito e matéria.

Porém, dentro desse discurso, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (*ibid.*, p. 13), ou seja, os mesmos só surgiriam da necessidade de concretizar essa memória, sendo a matéria o único suporte possível e que seria utilizável para se evidenciar essa memória através do discurso da historiografia.

Vale salientar que baseado em algumas considerações de Marc Augé (2012), busca-se extrapolar o pensamento sobre os *lugares* da memória no que diz respeito a sua tangibilidade, designando-se algo mais próximo aos *não lugares*, tentando mesmo quebrar a dicotomia entre tempo e espaço nas discussões.

Esta concepção nos mostra uma “organização do espaço que o espaço da modernidade ultrapassa e relativiza” (AUGÉ, 2012, p. 36), que é importante dentro das mudanças percebidas no período da *Belle Époque*, pois se Belém foi um dos espaços onde este fenômeno ocorre, não se pode, da mesma forma, dizer que um está estritamente associado ao outro. Seguindo o raciocínio, o espaço se altera em dado momento, mas sua memória se perpetua no *locus* das sociabilidades.

Escapando um pouco do conceito da tangibilidade, a *Belle Époque* é um local, porém, mais além da matéria, é um espaço propício para o pensamento, de tal

forma concatenado ora com a memória, ora com o esquecimento, ora consigo mesmo, e até *deslocado* de seu próprio espaço de identificação.

As consequências da convergência dos fatores comentados é a sensação de identificação desenvolvida no meio social, sendo, portanto, “perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 2), podendo ser percebido, a partir disso, a forma como memória individual e coletiva estão em estreita ligação com o sentimento de identidade de um indivíduo para com o seu meio de vivência.

Durante a *Belle Époque*, como foi visto, houve uma intensa incorporação de novos valores de vivência e convivência entre pessoas e pessoas e mesmo entre pessoas e a cidade, sendo neste último, feito principalmente através da edificação de mais e mais *patrimônios* associados a esses valores. Dentro de todo esse contexto, aos poucos construía-se uma identificação com aqueles novos valores, mas as transformações deixaram marcas tão profundas que um forte vínculo identitário provindo da memória social foi firmado em relação tanto a temporalidade, quanto a materialidade ou outros valores, que tanto estão caracterizados pela memória social, quanto a caracterizam.

O local onde a identidade cultural e memória social convergem é o patrimônio cultural, e não apenas como representativo da cultura humana, mas também como um modelo para se pensar essas dinâmicas, pois pode desempenhar papel base em se pensar esses fenômenos, já que segundo Gonçalves (2009, p. 26), o patrimônio de forma ampla é uma “categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana”.

A categoria de pensamento do patrimônio cultural no Brasil, mesmo se pensada primeiramente apenas em sua face material, remete a meados da década de 1930, onde já se delineava sua forma de entendimento mais aproximada das discussões atuais.

Se pensarmos esses patrimônios dentro do processo de musealização, podemos vê-los a partir do ponto de vista onde estes *objetos* são “separados de seu contexto de origem para serem estudados como documentos representativos da realidade que eles constituíam” (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p. 57), o que em tese, lhes dariam o atributo de um objeto de museu, porém, se tratam de *objetos*

que fazem parte da cidade, mas que podendo ainda serem extraídos conceitualmente desse contexto que é forjado pela memória coletiva, ainda ficam sujeitos aos mesmos processos da musealização.

Pensar os monumentos antes do marco da década de 1930, era uma tarefa diversa do exercício de pensar a cultura atualmente. Mesmo em se percebendo alguns dos termos comuns à essa linha de raciocínio nos discursos de outrora, pode haver uma adversidade ao fundo, ao sentido das palavras, podendo, por outro lado, se encontrar mesmo que em formas diversas, o sentido do pensamento patrimonial neste discurso.

É possível capturar dentro do discurso de indivíduos escrita e oralmente ou mesmo em outras produções materiais valores e memórias culturais. Segundo a visão de Aparecida Soares (2011, p. 3) sobre o assunto, porém, se limitando a interpretação da cultura material, “quando existem registros concretos, preservados tal como foram produzidos, as perspectivas de conhecimento são maiores, mais abrangentes e mais palpáveis”, contribuindo para a perspectiva que se detivesse sobre os aspectos materiais da *Belle Époque*. Porém, sendo esta análise focada nos aspectos imateriais, poderia ser considerado sob certas condições o mesmo processo para interpretar essa imaterialidade. Os recursos materiais, por sua vez, são importantes para a sinergia do conjunto patrimonial, sendo, inclusive, importantes suportes para o intangível.

A característica que define o pensar museal ou o pensar patrimonial (pensando também na especificidade em que cada um pode assumir), pode servir como filtro para se analisar os discursos sobre a cultura material em geral e mesmo a imaterialidade imanente ao mesmo, seja qual for a época em que esse discurso foi proferido.

Partindo deste pressuposto, podemos pensar em algumas questões. O que tem importância para a memória atualmente, poderia não ter importância nenhuma em outro momento, servindo o estabelecimento de uma categoria de estado, como do patrimônio, ora como forma de demonstrar e deixar patente sua importância, ora para discutir sua função dentro destas categorias.

É difícil, e talvez até restritivo o exercício de delimitar diferenças entre o novo e o antigo. Um, logicamente desenvolve-se do outro, porém, a dinâmica exercida separadamente, contribui tanto no aprimoramento do novo, como na

melhor compreensão do antigo, que pode inclusive manter-se atual durante um tempo bastante prolongado.

Do ponto de vista da musealização ou da patrimonialização⁵, onde esse objeto seria deslocado de seu contexto, poderíamos pensar em como uma seleção de valores poria em evidência determinada virtude ou memória desse patrimônio, enquanto que outras estariam fadadas ao esquecimento. O esquecimento ficaria irreparavelmente esquecido? E essa memória deveria mostrar-se legítima o quanto possível, mesmo diante de estas discontinuidades.

De qualquer forma, o pano de fundo onde ocorrem todas essas operações discursivas é o campo sociocultural, pois os indivíduos, sendo parte integrante desse grupo, influenciam e são influenciados ao mesmo tempo pelos fenômenos da memória individual e coletiva mediante conflitos e negociações. O contexto agrega alguns sentidos nas ações, tanto para si, quanto para a sociedade que vive a experiência, sendo as significações todo um processo de utilização de um código cultural que permite a compreensão mútua e que são estabelecidos, como visto anteriormente, através da memória social.

⁵ Aqui os termos musealização e patrimonialização são comparados apenas no que tange a sua característica de ressignificação e recontextualização do objeto em que trabalham, mas não como sinônimos.

3. INTERPRETAÇÃO DAS CULTURAS E A ANÁLISE DO DISCURSO: MOBILIZANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL

A cultura, um tema muito discutido no meio acadêmico, tem na área das ciências humanas, principalmente na tradição antropológica um significado em perpétuas operações de significação e ressignificação. Kluckhohn (2008 *apud* GEERTZ) a define de modos bem diversos, e dentre estas maneiras, podemos pensá-la como “o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo” (p. 4) Mesmo Geertz, a trata como uma ferramenta semiótica, uma ciência interpretativa (*ibid.*), que pode ser tratada a partir das mais diversas bases teóricas.

Levaremos em conta as diferenças particulares que se tem da tradição etnográfica, mas a proposta de interpretação das culturas é interessante como forma de evidenciar algumas características que nos passam despercebidas, pois indo mais além, Geertz também fala sobre a descrição densa⁶, se detendo, por sua vez, nas características que vão além da superficialidade das aparências; se instaura em seus significados. Na vida social, o local principal do agir é o contexto cultural, e este dá forma tanto à ação, quanto ao discurso.

As ações culturais são tangíveis no sentido de que é possível que as conheçamos e as vejamos, mas conhecê-la, apenas, não a tornará mais valorosa que as demais, mas seu significado, que jaz por sob sua superfície é de vital importância, pois na análise cultural é que pode-se perceber esse significado, avaliando as conclusões através das conjeturas utilizadas (*ibid.*, p. 14).

Um ponto chave que devemos nos deter é na característica específica da cultura que diz respeito a forma como a mesma é expressa. Vimos anteriormente, que a memória social é onde ocorrem as operações de formação das estruturas que permitem a sociabilidade, mas além da ação cotidiana, das experiências de vida de um indivíduo, a cultura e por consequência a

memória se funda[m] [...] naquilo que é a argamassa, o cimento, a tessitura íntima dessas vivências: a linguagem. A linguagem cotidiana, seu léxico e sua sintaxe fornece a nós indivíduos ou grupos, os meios de exteriorizar nossa memória em uma narrativa. (SILVA, 2008, p. 86)

⁶ Segundo Geertz (2008) a descrição densa seria caracterizada principalmente por uma descrição inteligível que considera a cultura como um contexto que abarca acontecimentos sociais, comportamentos, instituições e processos.

A linguagem tem algumas especificidades próprias, como sua estrutura gramatical que permite o indivíduo expresse suas ideias de acordo com o significado de cada um dos elementos que ordena, porém, os sentidos que cada uma dessas construções adquire, vão além dos significados já pré-determinados. Todo um contexto sociocultural regula toda a diversidade que as linguagens verbais e não-verbais comunicam, não sendo, portanto, neutros na forma como as ideias são expressas.

As significações diversas criadas e recriadas fazem parte de todo um processo permanente da comunicação humana, que com as ideias e ideologias de cada grupo ou sociedade, criam os discursos em que cada significação se apresenta no imaginário social. Os movimentos que regulam os processos do discurso, são, portanto, de tenaz importância para se pensar a própria dinâmica que regula os processos sociais, da memória e cultura.

Segundo Orlandi (2009) a relevância de se saber sobre o funcionamento do discurso é “colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza, e ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.” (p. 10)

A Análise do Discurso se põe em meio aos elementos que compõem as significações sociais, culturais e políticas, e considerando a memória como algo que sustenta o discurso em si, tem subsídios para explicar e discutir o patrimônio, seja como prática institucionalizada, seja como elemento cultural das sociedades. Porém, talvez o que de mais relevância tenha, é o fato de considerar o contexto em que é produzido o discurso, já que o “indivíduo faz parte da história e, por isso, é necessário considerar os processos e as condições de produção da linguagem” (SANTOS & LUNARDELLI, 2010, p.3).

Além disso, o arcabouço que se faz presente na definição da linguagem, é sujeito a diversas flutuações, mas que a princípio, pode ser considerado regular em seus significados, apesar de ser também tão dinâmico em algumas de suas nuances. Um fator que tem grande influência aqui, porém, é a interpretação, pois é de se supor que o sentido só exista em um contexto a partir do momento em que o indivíduo aja ativamente sobre seus significados. A interpretação também se faz predisposição para a atitude ou ação deste indivíduo para a realidade, por isso que

“ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá” (ORLANDI, 2009, p. 10)

O que é dito, não é dito por acaso. Os discursos sobre o patrimônio da *Belle Époque* e as condições em que foram produzidos, portanto, são importantes não só como forma de conhecer uma ideologia que a época possuía, mas considerando o fato de que um “discurso incorpora discursos anteriores, assim como ele também será incorporado por discursos futuros.” (BAKHTIN; VOLOCHÍNOV, 2002, p. 123 *apud ibid.*, p. 5), podemos perceber que o próprio discurso patrimonial herdado dos valores franceses teve o seu papel na formação do discurso atual. Este dado será explorado mais a fundo no próximo capítulo.

A ferramenta que temos para analisar o discurso, faz uma “reflexão de como a linguagem se materializa na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua” (*ibid.*, p. 2). Essa possibilidade é uma das consequências das condições em que o discurso é produzido.

No discurso é importante tanto o quesito de sua produção, quanto de sua interpretação, já que ao “falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá” (*ibid.*, p.10). Daí a importância do sentido deste discurso, mas não apenas, já que a abordagem da Análise do Discurso “não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem” (*ibid.*, p. 15). É bem mais do que a análise dos vários elementos separadamente, pois considerando o contexto, a linguagem começa a demonstrar-se mais como fruto de sua exterioridade, do que de simples regras.

Dimensionando-se o discurso dentro do tempo e espaço, os sentidos que são possíveis serem percebidos dão certa autonomia ao indivíduo proferidor desse discurso. Orlandi (2009) considera o papel da memória como acionador dos elementos que dão corpo ao discurso, colocando o esquecimento como a outra face da formação desse discurso.

O esquecimento ou o silêncio, faz parte tanto do discurso quanto o que é dito, quanto o que é lembrado. A falta pode ter bastante significado, pois a ênfase dada a alguns tópicos, demonstra que (nem sempre conscientemente) alguns elementos têm mais importância do que outros, e as razões dessas escolhas fazem parte de todo um arcabouço de referências culturais, políticas e sociais. Algumas dessas construções, são fruto da cultura de cada indivíduo, pois segundo Ruth

Benedict (2001 *apud* LARAIA, p. 62), ela age “como uma lente através da qual o homem vê o mundo”.

Cultura se torna o principal meio pelo qual os indivíduos regulam suas ideologias. A ideia da mesma agindo como um legado, de Kluckhorn, exposto anteriormente, pode ser complementado pela visão de Schneider (2001 *apud* LARAIA) que diz que “cultura é um sistema de símbolos e significados” socialmente construído e de autorregulagem, portanto os significados, principalmente, sofreriam flutuações entre as culturas, já que os símbolos, em maior ou menor grau de diferença, acabam sendo semelhantes entre as culturas, sobretudo se estamos falando sobre o discurso social.

Diante de certas questões, determinados conceitos são mobilizados em prol do desenvolvimento do tema em debate, portanto, utilizando a ferramenta da Análise do Discurso se torna uma tarefa de via de mão dupla, pois, o olhar do analista também vem carregado já de todo o arcabouço teórico que marca e seleciona os sentidos requeridos para a análise.

A partir, então, da Análise do Discurso, vem se colocar em questionamento a cultura da *Belle Époque*, e o que a mesma vem a ser dentro das representações sobre patrimônio cultural.

A relação que se dá com o patrimônio é uma forma de apreensão da realidade que nos rodeia, um ponto de vista sobre ela, e Scheiner (2009) diz que se “mudam os olhares, [e] deslocam-se os significados. [...] Definir o patrimônio representa, portanto, uma atitude e revela modos precisos de ancoragem do olhar.” (2007 *apud* SCHEINER, p. 50). Essa apropriação da realidade vivida através do discurso é importante como forma de interpretar o olhar da época.

4. AS MARCAS E MEMÓRIAS DE UMA ÉPOCA

A *Belle Époque* como Era da Borracha, deixou muitas marcas materiais na capital do Pará, em seu efeito de ser lembrada com a exuberância que se tem. Outras marcas, fazem parte de um aspecto que subjaz todo esse discurso. As ideias e mentalidades que perpassam todo esse discurso podem ser encontrados, ora na convivência urbana, ora na própria iconografia de todo o suporte material que é associada à época, ora em uma gama de materiais históricos que foram legados à atualidade.

Alguns desses documentos históricos, são de importância fundamental para a compreensão das ideias que permeavam, e até serviram como base para se pensar a forma mais atual de se pensar as mais diversas questões, como o patrimônio cultural e até a museologia. Os relatórios municipais do início do séc. XX são muito representativos nesta percepção, pois imersos dentro de uma época é impossível se prospectar algumas das nuances do pensamento, mas com o advento do tempo, o véu do desconhecimento dá visão a muitos outros elementos desapercibidos de outrora.

4.1. OS SIGNIFICADOS DO DISCURSO E A MUSEOLOGIA

O termo patrimônio, em sentido lato guarda a substância de todo o seu significado. Pode-se encontrar quem fale sobre o tema nos mais diversificados meios, o que pode significá-lo como patrimônio econômico, financeiro em meios mais ou menos abrangentes, como um país, uma cidade, uma família ou mesmo um indivíduo. Indo um pouco mais, pode-se encontrar a noção de patrimônios culturais, artísticos, arquitetônicos, históricos, ecológicos, etc. (GONÇALVES, 2009)

Independente das restrições de seu sentido que são utilizadas para facilitar sua compreensão, sua interpretação e produção de significação são práticas que requerem no mínimo atenção e cuidado.

As duas primeiras noções, sobre patrimônio econômico e financeiro são as mais recorrentemente utilizadas, sendo empregadas desde tempos mais longínquos. A acepção de um patrimônio histórico, mobilizador, principalmente de memórias e identidades associados à cultura de uma sociedade, porém, é mais

recente, sendo datada do século passado a utilização mais regular do termo dentro do sentido aqui apontado.

Podemos considerar a pesquisa museológica como a “produção de conhecimento original com base em determinados métodos e critérios científicos e com especial concentração no campo dos museus e da museologia” (CHAGAS, 2006, p. 62) e definindo melhor o campo da museologia com foco “o estudo das relações entre os seres humanos e o patrimônio cultural (tangível e intangível) que constitui as bases da memória social” (*ibid.*, p. 63), é comum que os esforços sobre o desenvolvimento do patrimônio histórico seja caminho importante para a área.

Por assim, podemos designar o patrimônio histórico como

um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p. 11)

A mentalidade e a instituição do patrimônio histórico, por assim dizer, ficam associadas em grande medida ao principal foco de constituição da disciplina museológica: a memória social. Porém, o desenvolvimento e consolidação desta ideia fica ao encargo do próprio desenrolar das eras, que opera a própria mudança social das práticas e entendimentos das ideias que definem cada época.

A época do início do século XX foi um divisor de águas para a mentalidade da capital paraense, e dentro desse contexto, Antônio Lemos, em sua intendência de Belém, durante o período de 1897-1911 teve papel fundamental na reestruturação urbana da cidade, além de ter deixado o seu legado, principalmente material, para as gerações que o seguiram.

4.2. O LEGADO DE ANTÔNIO LEMOS

A palavra legado, vem do latim *legatum*, ou aquilo que é deixado em testamento, e em sua acepção mais atual, se estende para a ideia mais ampla de tudo o que é transmitido para as gerações futuras, sejam objetos, no sentido material ou mesmo de ideias. E se pensando na *Belle Époque*, essas ideias podem ser mais ou menos claras se pensadas a partir da ótica do patrimônio histórico e cultural.

Nos relatórios municipais da intendência de Belém por Antônio Lemos algumas das formalidades que a comunicação e discursos oficiais requerem os fazem muito densos e minuciosos em alguns trechos, mas de pouco detalhamento em outros. É importante se colocar em evidência que para a análise do discurso que aqui se empreende, até a característica do tópico que o tornava relevante ou não, serão analisados, pois se algo é enfatizado em detrimento a outra coisa, há por detrás disso, um motivo.

4.2.1. Os relatórios municipais

Para a análise inicial, escolhemos alguns trechos relativos ao relatório de Antônio Lemos que compreende o período de 1897 até 1902. Os relatórios municipais eram um tipo de ‘prestação de contas’ da Intendência com o Conselho Municipal e eram descritas as principais intervenções feitas na cidade durante seu mandato. O Intendente, por sua vez, “era eleito por três anos e tinha como função presidir as seções do Conselho Municipal, além de ser o executor de todas as suas resoluções, sendo ainda o chefe do executivo municipal.” (FRANÇA; PIMENTA, 2013, p. 336)

Um relatório convencional, tinha cerca de 450 páginas e dava ênfase principalmente em questões sobre alimentação, saúde pública e finanças, porém, as seções sobre “*embellezamento e saneamento urbano*” e relativos a estrutura física da cidade não eram menos extensos.

Analisando a totalidade do discurso, fica patente que o que importava nas reformas públicas e urbanas não era a melhoria do bem-estar social, mas sim características que acrescentavam prestígio e luxo à cidade, principalmente em largos, praças e em locais públicos, onde se via e podia ser visto.

Aos moldes do desenvolvimento econômico que provinha da Europa, algumas novas demandas do viver na cidade eram produzidas, e com o natural crescimento populacional que isso acarretou, alguns bairros periféricos também tiveram seu êxito em se estruturando para suprir algumas dessas necessidades.

É interessante notar, também, que o embelezamento urbano que era tão comentado, se encontrava no contexto de que a

cidade rapidamente desenvolvida em seus ambitos, havendo recebido innumerous melhoramentos e obras d'arte, que a transformaram n'um dos mais convidativos

nucleos de população do extremo norte do país, esta capital tem sido o ponto preferido dos forasteiros accorridos de toda a parte.⁷

Neste trecho fica explícito como as melhorias urbanas ficavam mais ligadas às características estéticas, principalmente no que se referia a monumentos memorativos ou comemorativos, palácios, teatros e até mercados, como será melhor visto mais em frente. As “*obras d’arte*”, como eram referidas algumas dessas obras públicas surgiam com tanta importância quanto a saúde e alimentação pública.

Outra marca importante do discurso, é a fala que se faz não apenas para o Conselho Municipal e quem fica dentro do processo, mas também para o indivíduo externo, seja no âmbito nacional, ou mesmo internacional. Essa projeção para o exterior é uma característica marcante durante a aceleração do processo de globalização da comunicação, da economia e da cultura.

Era o rápido fluxo de informações, de transportes e capitais, aliás, que regiam as novas tendências do vestir-se, do portar-se diante o público, e principalmente da utilização de novas tecnologias, seja na arquitetura e até mesmo nos transportes e na alimentação.

Várias tendências ganharam destaque durante a época, sendo o ecletismo de vital importância, tendo como destaque várias características provindas do *Art nouveau*, surgido como movimento artístico nos fins do século anterior. Foi caracterizado por suas novas técnicas e materiais utilizados, porém, a sua aplicação é que chamou atenção. Um dos objetivos desta arquitetura foi a decoração, não ficando, porém, restrito apenas às artes plásticas. Foi visto na pintura, arquitetura, mobiliário, e em outros meios como a indústria têxtil. Além de prezar pela originalidade, também buscava tornar os objetos industrializados mais satisfatórios ao uso, principalmente através de sua forma, sendo um prelúdio ao design de produtos.

É importante destacar o papel da indústria dentro deste contexto, pois a cidade nunca sofreu de fato um processo de industrialização, mas apesar disso, é exatamente neste momento, em confluência com as tendências como *art nouveau* e outras que começa a se popularizar os produtos cada vez menos dependentes da manufatura. Dentro dessa conjuntura é que surge um dos patrimônios históricos de grande importância para a cidade: o Mercado de Ferro do Ver-o-Peso.

⁷ BELÉM. Governo (1897-Antônio Lemos). **Relatório Municipal de 1897-1902**. Belém: Intendência Municipal, 1902. p. 34

Atualmente, é tombado como conjunto arquitetônico e paisagístico do Ver-o-Peso pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1977 e à época de sua inauguração (1897), sua importância não foi menor, tendo em vista que a mesma não foi

um facto commum, que pudesse passar despercebido pela alma popular, sempre disposta aos maiores entusiasmos. Desde as primeiras horas da manhã, o estabelecimento achava-se circundado por grande massa de povo, que queria assistir com patriotico orgulho e com viva satisfação á abertura do novo mercado, mais um elemento de progresso para a terra paraense [...] generosa festa e bella, como todas as datas que assignalam a marcha para avante de uma civilização operosa.⁸

A utilização e importação da arquitetura de ferro tinha algumas singularidades. Sua utilização, já que montáveis, eram em grande medida utilizados para suprir a demanda de construção rápida de novos edifícios. Com o seu advento, a prática da higiene pública era facilitada, e daí poderíamos constatar a importância de seu caráter utilitário, mas nem tanto, já que os representativos dessa arquitetura desmontável, poderia ter utilidade bem maior se pensarmos na questão da mobilidade.



Figura 2 – Docas do Ver-o-Peso e Mercado de Ferro
(Fonte: Álbum de Belém. Pará, 15 de Novembro de 1902)

A utilização do material do ferro se dava principalmente pela perspectiva que se tinha de ser de grande durabilidade e também bem confiável. A durabilidade está em consonância com os aspectos de se manter a memória como uma

⁸ Ibid., p. 72-73

perpetuidade no tempo, através da cultura material. Aí podemos ver o duplo uso que se buscava no erguimento desses patrimônios, pois enquanto podia se pensar que apenas sua monumentalidade ou seu caráter de novidade fosse importante, o que tinha-se na verdade era uma tentativa de conciliação entre sua usabilidade e as outras características que demonstrava.

Uma característica importante e que em geral possui grande valor neste tipo de construção é sua estética. Através das linhas e formas é que simbolicamente era criada uma visão sobre a cidade e para quem a vivia, porém, o que talvez tivesse maior relevo em uma comemoração neste tipo era a figura que representava a sua instauração.

Esta característica estética, pode ser considerada como uma justificativa para tão grande comemoração em sua inauguração, mas o que fica em evidência neste sentido, é que “essas edificações foram construídas em virtude da novidade e modernidade que representavam, como espelho da necessidade da burguesia da época de ostentar luxo e riqueza, e atualização em relação ao modelo europeu.” (BARRA, 2003, p.22)

A entrada da arquitetura de ferro e de novos materiais em geral na cidade, era o que demonstrava o que de mais moderno se podia ter para a cidade, sendo, portanto, figurativamente a entrada na modernidade pela cidade de Belém, e que em sentido mais lato, porém, nem tanto verdadeiro, de que a sociedade, incluindo seus governos, já compartilhavam da mesma mentalidade da modernidade que chegava, mesmo que tardiamente.

Mais do que resumidas às simples, porém, elegantes formas, as utilizações dessas edificações se definiam para muito mais além do que apenas as aparências, pois, ao contrário do que revela um simples olhar superficial, o que acabava por regular o pensar a cidade e o patrimônio era, um desejo, uma vontade, que se traduzia em uma mentalidade que se compatibilizara com os liames do pensamento europeu.

Outro destaque importante do trecho sobre a inauguração do Mercado de Ferro do Ver-o-Peso é a utilização de palavras como *patriótico*, *progresso* e *civilização* em complementaridade. O recém instaurado regime democrático republicano veio colocar seus esforços na tentativa de ao mesmo tempo em que fazia a reafirmação de seus valores, associar novos símbolos representativos

desses valores através da arquitetura, dos monumentos, e mesmo através da *educação cívica* que era tida como de mais importância durante a época.

Ao mesmo tempo em que os valores republicanos eram reafirmados, outros, tão importantes quanto, surgiam. A própria ideia de associar a higiene à utilização de uma arquitetura de ferro, veio a elaborar uma imagem que acabou caracterizando a cidade como mais limpa, mais higiênica e com menos problemas de saúde. Associado a esta imagem, têm-se também a utilização de outras figuras históricas, como a de Dom Frei Caetano da Anunciação Brandão, que acabou por fundar o primeiro hospital da Amazônia por volta de 1790.

Neste período, é onde inúmeros monumentos comemorativos e de homenagem foram erguidos. É dito que

na manhã de 3 de maio [de 1900], lançou-se á praça Caetano Brandão a primeira pedra do monumento que o Conselho Municipal mandára erigir em honra ao caritativo prelado fundador da Santa Casa de Misericórdia. Esta cerimonia effectuou-se por ocasião dos festejos com que o governo do Estado commemorava o quarto centenario do descobrimento do Brazil.⁹

Dom Caetano Brandão teve seus méritos no desempenho de suas atividades na região amazônica, mas há de se questionar o porquê da utilização da memória de tão singular figura.

⁹ Ibid., p. 108



Figura 3 – Monumento a Frei Caetano Brandão
(Fonte: Álbum de Belém. Pará, 15 de Novembro de 1902)

Primeiramente é de se notar que a cerimônia do início das obras do monumento teve lugar conjuntamente aos festejos em comemoração aos quatrocentos anos do descobrimento do Brasil, como podemos ver no trecho anterior. Na falta de um contexto de conhecimento sobre outras comemorações que possivelmente ocorreram concomitantemente, é possível fazer algumas considerações sobre.

O trabalho de embelezamento da cidade, considerava todo o conjunto, principalmente nas praças. Neste caso, a concorrência na utilização de cobre, mármore e outros tipos de materiais também significava a novidade, e aqui, especificamente, a arte escultórica representava todo o refino dos valores europeus.

As comemorações do quarto centenário de descobrimento do Brasil, também significariam uma maior preocupação com as questões de uma identidade nacional. Talvez o erguimento de um monumento de Caetano Brandão pode estar associado às próprias questões dessa tentativa de se estabelecer esse conjunto de

articulações identitárias. O local onde se instaura o monumento, foi onde se deu início ao que pode se chamar de cidade de Belém, e ao chamar a atenção a esse local em específico seria como se com o processo de expansão urbana, se revisse em seu próprio início tanto do ponto de vista da colonização nacional, como da regional.

É interessante que isso seja ressaltado, pois foi durante este período onde se tem bastante ênfase nas particularidades regionais, já que com o relativo choque que se teve do maior contato com a cultura europeia, que foi possibilitada melhor perspectiva no exercício de se pensar o outro em relação a si mesmo.

O movimento que ora divergia de polos de poder distantes e que vinham em direção de outras terras acabava que paradoxalmente, fazendo as correntes que outrora divergiam, convergir em um núcleo em um processo criativo em sua apenas aparente destrutividade. Têm-se assim, o delineamento do que cada vez mais caracterizava a região.

Dentro desta questão, o processo era endógeno ao mesmo tempo que exógeno, criando mais do que apenas um panorama regional. O pensamento tentava se alinhar tanto nacionalmente, quanto internacionalmente. Neste período foi onde “começou o reajardinamento da formosa praça Baptista Campos, de modo a ficar apta a receber a grande obra d’arte comemorativa do laudo suíço sobre o Amapá”¹⁰, sendo este representativo como forma de “proclamação dos direitos brasileiros sobre as allegações francezas”¹¹

A Guiana, colônia francesa, fronteira ao território brasileiro era estratégica, tanto em questões diplomáticas entre países, como em outras discussões políticas. O Laudo Suíço, ia bem mais além do que simples questão territorial. O território que permeia uma fronteira entre duas nações é bem fértil no que diz respeito ao fator cultural, sendo pelo ponto de vista simbólico, o marco de delimitação de um país, uma nação.

A questão territorial é uma das que fica mais intimamente ligada ao processo de formação da identidade de um povo. No processo, uma linha imaginária se cria, que simbolicamente traz muitas outras consequências, principalmente no se pensar a imagem de si mesmo. Para se afirmar como algo, apenas durante um estranhamento diante do próximo, do que é distinto.

¹⁰ Ibid., p. 175

¹¹ Ibid., p. 176

É curioso perceber a apropriação de um monumento e de um nome para a construção identitária, mas o que há bem mais do que isso é a construção de uma própria memória, seja pelo símbolo material ou imaterial. Dentro dessa política, ocorreu que

um certo numero de ruas, como a que tem o nome do glorioso maestro Carlos Gomes, estão sendo alargadas progressivamente em consequência a desapropriações dentro dos recursos municipais, de forma a se transformarem a pouco e pouco em largas vias monumentais, segundo a moderna compreensão da estética urbana¹²

Isso demonstra a continuidade do processo não apenas da construção da memória, mas também a confluência de um pretérito associado às novas práticas e utilizações do espaço urbano. O pretérito, Carlos Gomes, representava um eixo de grande importância na vida cultural que tentava mimetizar a Europa. A música, ao mesmo tempo em que se embebia de toda uma tradição musical europeia, exacerbava o que se tinha do local, do regional. As sinfonias que regiam essa interface entre culturas, – e que mais tarde até percorreriam as ânsias modernistas da busca pela identidade nacional – logo resultariam em tais monumentos, que haviam de materializar esses anseios.

Aqui, a própria cidade também passava a se “monumentalizar”, tomando a dimensão tão grandiosa quanto se supunha para esses representativos de uma construção da memória, que tendo por nome Carlos Gomes, o emprestava toda essa grandeza que se construía não apenas ao patrimônio histórico representado pela cidade, mas também ao símbolo pelo qual se enxergava essa grandeza, agindo reciprocamente – mesmo que parecendo contraditório a princípio – no processo em que ambos elementos ganhavam esse dimensionamento.

A palavra ‘*moderno*’ colocada dentro do trecho citado apresenta em essência do que significava toda a reestruturação urbana sofrida em Belém. A cidade era construída e reconstruída, os monumentos erguidos, obras de arte eram feitas, mas o que se buscava em realidade era o moderno. O moderno, que significava tudo o que poderia vir e servir, mesmo que nem sempre utilizados.

Em outros exemplos em que podemos ter sobre a construção da memória, têm-se a singular expressão da obra *Últimos Dias de Carlos Gomes*, onde é dito por Antônio Lemos que “A 17 de setembro de 1899, inaugurei no salão de honra da Intendencia uma grande tela allegorica, representando os ultimos dias do

¹² Ibid., p. 177.

glorioso maestro brasileiro Carlos Gomes, falecido n'esta capital a 16 de setembro de 1896.”¹³

Neste tipo de obra é onde pode se ver com menos dificuldade como alguns elementos são organizados com o intuito de que uma ideia seja passada, em detrimento a outras, o que pode até contradizer alguns fatos. Porém, esta construção da memória associada a Carlos Gomes toma dimensões de grande importância, visto que além de toda a imponência do próprio conjunto da obra em si, é colocado neste primeiro momento no “salão de honra da Intendencia”, o que do ponto de vista do poder oficial é colocar o fato em dimensões com poucos precedentes.



Figura 4 – Obra *Últimos Dias de Carlos Gomes* no Gabinete da Intendência
(Fonte: Álbum de Belém. Pará, 15 de Novembro de 1902)

Anexado ao relatório municipal, encontra-se também um artigo com análise pormenorizada sobre a obra de arte em homenagem a Carlos Gomes, demonstrando mais uma vez a ênfase dada ao acontecimento.

Vale salientar também a relevância que as obras de arte possuíam, tendo em vista que tanto materiais, quanto técnicas utilizadas passavam a desempenhar o seu papel dentro desse conjunto. Na arquitetura, nos monumentos e nas artes foi possível nos poucos exemplos dados, perceber que a questão estética associada à

¹³ Ibid., p. 204

materialidade que era consagrada era o principal mecanismo regulador da memória do poder oficial.

Atualmente, a obra em homenagem à Carlos Gomes se encontra exposta no Salão Verde do prédio do Museu de Arte de Belém (MABE)/Prefeitura Municipal para livre visitação, porém, como visto anteriormente, ficando dentro do gabinete do Intendente, reduzia seu acesso a poucas figuras, o que pode fazer-nos questionar sobre o conceito entre público e privado, pois em espaço tão restritivo, podemos também questionar para quem ou em que sentido esta memória estaria sendo construída, pois diferente de um monumento erguido em praça pública, onde fica em meio ao passeio público, este, inclusive fica fazendo parte do conhecimento de poucos.

Estes exemplares, a medida em que se encontram exatamente alocados no tempo, estão também em processo de atemporalização, pois que comparado ao processo de musealização, contextualiza-se tendo outros parâmetros como premissas para sua percepção e uso.

Essa percepção sobre temporalidade poderia ser mais ou menos explícita dependendo da forma como o discurso era posto.

Em outro trecho do relatório de 1902 é enfaticamente colocado como o usufruto dos projetos que se tinham como presente seriam talvez, apenas apreciados em sua forma mais totalizando pelas gerações futuras:

N'um futuro proximo, em consequencia das disposições municipaes, postas em pratica desde já, todas estas avenidas serão admiraveis ornamentos de nossa formosa e prospera capital. Estamos preparando para os vindouros um consideravel numero de desafogadas arterias urbanas, onde a circulação publica será feita com toda a commodidade e real proveito para a hygiene dos habitantes. Esses, os filhos de nossos netos, serão os melhores beneficiados com os melhoramentos por nós feitos hoje, e d'elles não deixará a vossa memoria, senhores Vogaes, de receber a consagração merecida por tantas obras que decretastes com sabedoria.¹⁴

O presente ocorre, o passado é pensado e repensado, e o futuro há de ocorrer. Os três momentos, que existem apenas quando presentificados acabam por regular esse jogo da memória, que é permeado de maneira decisiva pelo monumento e patrimônio histórico.

O monumento, retomando o conceito exposto outrora, é construído com o objetivo de criar a lembrança de algo de importância para um grupo mais ou menos diverso e/ou homogêneo. Poderia ser dividido em pelo menos duas causas para seu

¹⁴ Id.

surgimento: a primeira, poderia ser algo propositalmente pensado com este fim; a segunda, poderia adquirir este significado a partir de outros movimentos.

Este último, nem tanto incomum, é representativo dos múltiplos usos aos quais o patrimônio histórico e o monumento estão sujeitos nas suas infindáveis reelaborações, apresentando ainda o acúmulo e o surgimento de novos valores para si.

O outro, foi feito com o propósito específico da memória, e ainda pode ser considerado dentro das flutuações das dinâmicas sociais que regem o anterior, podendo mesmo perder esse significado.

Porém, Sant'anna (2009) diz que “o monumento histórico é sempre vinculado a um objeto cuja instituição como tal é posterior à sua criação. Resulta da colocação do bem em perspectiva histórica e artística, sob um olhar que o seleciona da massa de objetos existente” (p. 49) Essa perspectiva, contempla a primeira causa citada anteriormente, porém, o que pode se perceber dentro desta, é que o valor imposto aos objetos seria sempre adquirido posteriormente, o que não deixa de ser verdade, já que todo o significado está em perpétuo processo de re/significação. O monumento adquire seu valor a partir do discurso proferido sobre, seja oficialmente ou não.

O patrimônio tangível é o mais convencionado a este propósito, pois palpável e visível, mesmo em se perdendo seus valores e significados, ainda desempenha papel importante por conta de suas propriedades físicas, diferente do patrimônio intangível, que apesar disso, não deve ser visto com menos importância.

O trecho destacado anteriormente apresenta claramente a utilização da primeira causa como surgimento da monumentalização da cidade, sendo também importante perceber que o valor utilitário é o principal em se pensar neste âmbito, o que diferencia um pouco de outros exemplos que podem existir, visto que, em geral outros valores é que são pensados.

Em grande medida, o desejo de perpetuar a si para a posteridade, de perpetuar sua memória e seus valores não se deixando sucumbir pela morte é uma importante maneira de reafirmação de ideais e princípios, senão em vida, durante a morte, através da lembrança, do legado que foi deixado.

O cargo de intender uma cidade talvez fosse o desejo individual, mas em que termos uma vontade extraindividual ou mesmo coletiva, não exerceria também a influência sobre todo esse processo? Neste caso, a memória, mesmo que partida de

uma individualidade, poderia legitimamente ser posta pertencente à coletividade? Apesar das divergentes respostas que tais questionamentos poderiam ter, é importante pensar nesta memória social, principalmente associada ao patrimônio histórico.

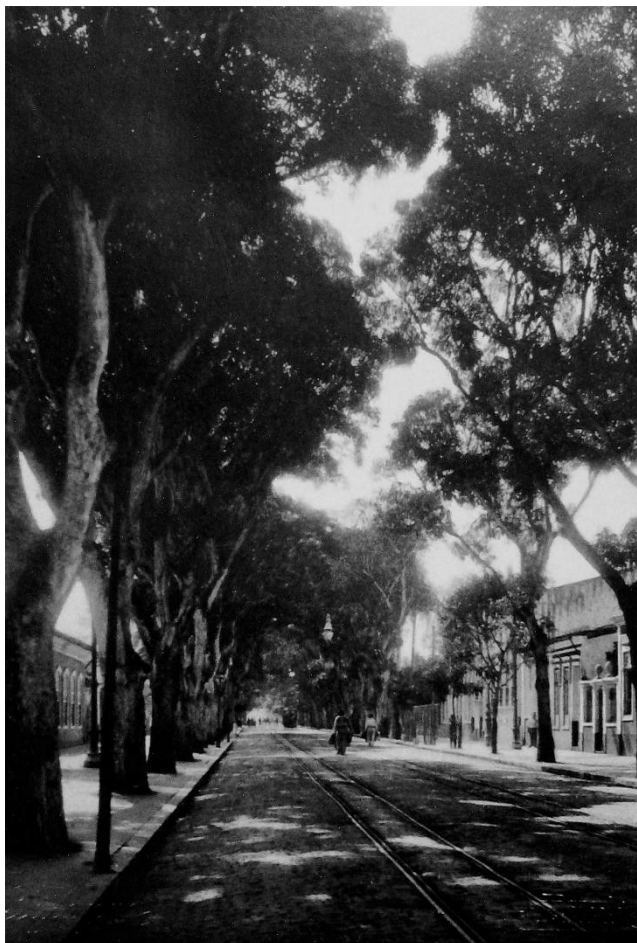


Figura 5 – Urbanização das vias públicas
(Fonte: Álbum de Belém. Pará, 15 de Novembro de 1902)

Se pensadas em conjunto às práticas do poder público em consonância as utilizações do patrimônio público será um direito fundamental a posse desse representante da vida social. Porém, esta ideia, utilizada com este sentido é bem recente, tendo inclusive esse discurso datado a forma de perceber como o discurso relacionado ao patrimônio cultural vem se desenvolvendo e se consolidando há algum tempo.

Por outro lado, podemos até enxergar a mudança de outros termos, que foram ressignificados. O termo tombamento, é hoje utilizado em grande escala fazendo referência ao estatuto, ao reconhecimento de um bem cultural que passa a constituir oficialmente o conjunto de bens protegidos pelo poder público, e em outro

trecho do relatório municipal do governo é dito que “o patrimonio municipal é uma das grandes fontes de receita do município”¹⁵, mas em um olhar mais atento, e retomando a discussão da larga dimensão do termo patrimônio, vemos que neste caso em específico é utilizado no sentido de posses territoriais, não tirando o mérito do termo agir como gérmen de toda a questão que opera nesta questão.

Em seguida, neste mesmo trecho, diz-se que “com a discriminação do patrimonio respectivo iniciou a Intendencia um serviço regular de tombamento, visto como na ocasião de ser feito o trabalho são chamados os posseiros todos para exhibirem os seus títulos.”¹⁶

É aqui onde entra em questão sobre a abrangência do termo patrimônio. Este, vem mais e mais, se diluindo em partes mais específicas e gerenciáveis. Neste exemplo, porém, é tratado sobre as questões de terras quase que em continuidade às questões do patrimônio histórico.

Dissociar com tanta definição o patrimônio de modo a contemplar toda a sua abrangência é uma tarefa das mais exaustivas, e talvez até impossível, já que sofrendo as múltiplas influências que cada um desses vieses de pensamento permite, não se pode negar a existência das múltiplas faces do patrimônio. Este, a princípio, é sim cultural, mas não apenas. É também natural, mas também econômico, político, social, e tudo o mais que seja possível se supor e pressupor.

Esse discurso, pode inicialmente trazer um pouco de confusão ao entendimento, mas para a compreensão atual, como dito anteriormente, estamos considerando que apesar de o termo poder significar diversamente, o cerne desses múltiplos significados encerraria um fundo em comum. Independente da ramificação que este tendesse a produzir, sua ideia se resumiria como um legado, que é passado entre as gerações, não sendo, porém, imutável em suas formas materiais ou imateriais.

O que parece ser claro, é que “todos compreendem que é da maior valia perpetuar na historia, no bronze, por toda a parte, os nomes dos homens que, por seu civismo e benemerencia, se convertem em exemplo a seus concidadãos. Paes de Carvalho está n’este caso.”¹⁷, assim como Antônio Lemos, que marcou uma época e nos deixou o seu legado.

¹⁵ Ibid., p. 250

¹⁶ Id.

¹⁷ Ibid., p. 237.

5. O PATRIMÔNIO E O DISCURSO MUSEOLÓGICO

Com um panorama basilar sobre a percepção do patrimônio histórico e cultural durante o período da *Belle Époque* durante a intendência de Antônio Lemos, é possível, agora, contrapor este discurso, com os mecanismos atuais de proteção ao patrimônio público e verificar em que termos o pensar patrimonial age/agiu em suas reestruturações, pois mesmo após a análise do discurso passado, ainda há de se analisar como o caminho do pensar patrimonial se desenrola para até os dias de hoje.

O assentamento de um vocabulário que dá base para a elaboração de um discurso disciplinar mais específico, segundo Lima (2012) é o sinal que demonstra a consolidação de uma disciplina científica, sendo que no caso específico da museologia ocorre em momento bem mais recente do que o abordado na análise dos relatórios municipais anteriores.

Podemos perceber, porém, como aos poucos, esse discurso associado ao patrimônio vem se estabelecendo cada vez mais firmemente tanto em uma mentalidade pública – no que diz respeito ao poder público – como também da própria sociedade, que passa ficar mais a par desses ocorridos.

Independentemente da existência ou não de uma disciplina que lide com o patrimônio cultural durante o período abordado, existia a “preocupação” com a questão da memória social, como foi visto. Isto serve de base para se pensar tanto sobre o patrimônio cultural móvel, das coleções museológicas, como para o patrimônio cultural imóvel, que no espaço urbano, na cidade é o próprio veículo das ações museológicas.

A relação entre museu e patrimônio é íntima, já que pensando mais especificamente na disciplina,

em se tratando da Museologia, o Patrimônio identificado ao conjunto de bens simbólicos, relacionado à ambiência cultural e integrado ao complexo natural, espaço-mundo coletivo dos mais diferentes grupos e coisas [...] representa um contexto para interseções museológicas fundado nas relações existentes nos níveis da teoria e prática. Desse modo, o panorama do campo da Museologia reveste-se de configuração singular: uma composição cujos elementos constituem-se de manifestações do Patrimônio. (LIMA, p. 32)

Um dos eixos principais, pensados na relação estabelecida na disciplina da museologia, seria, portanto, a construção da memória como uma peça chave que estruturaria a base para pensá-la.

No patrimônio cultural imóvel, a salvaguarda se dá a partir dos mecanismos legais dispostos pelo poder público, sendo essa patrimonialização diferente e semelhante ao mesmo tempo do processo de musealização, pois no caso deste último, o ambiente controlado do museu determina algumas condições aos quais algumas dinâmicas sociais são dificultadoras do processo, diferentemente da outra, onde fica sujeita a outros procedimentos.

A institucionalização do patrimônio pelo poder público já vem sendo feita por um bom tempo, mas a definição de um órgão legal específico que trata dessas questões, é bem mais recente. Enquanto que os objetos de coleções de museus já têm seu espaço existente, este espaço de guarda, estudo e exposição, o patrimônio imóvel, agora não como agente, como no processo anterior, mas sim como objeto, tem suas dinâmicas que independentemente da visão das políticas públicas, elabora suas próprias particularidades.

Enquanto que os museus historicamente já funcionavam como local para a guarda e salvaguarda das coleções, no Brasil, de forma mais geral, o primeiro órgão criado para pensar esta questão no âmbito do patrimônio imóvel e edificado foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

No capítulo anterior, percebeu-se que apesar de todo o valor histórico, artístico e de importância para a memória social que era pensado para esses bens, não havia a preocupação do ponto de vista legal em se criar um serviço ou um órgão com a finalidade de salvaguardar esses bens.

Outro ponto importante, é quanto a natureza desse patrimônio. Como foi analisado, os de natureza tangível é que eram o foco principal de todo movimento de se pensar esse patrimônio, sendo talvez a memória, que o mesmo continha, o máximo de imaterialidade que era apreciada aqui.

Segundo Sant'anna (2009) a França foi um dos países pioneiros a começar a pensar uma legislação voltada para o Patrimônio Histórico, sendo os princípios base para essa legislação principalmente a ideia de que as “noções de autenticidade e permanência fundam a prática de preservação dos bens patrimoniais, pelo tempo mais longo e da forma mais íntegra possíveis” (p.51). A matéria, então, era a forma de se dar autenticidade ao monumento histórico através – no caso da arquitetura pelo menos – de toda a técnica residente por detrás da estruturação da edificação, pois em muitos casos, apenas aquilo, já acabava por justificar sua salvaguarda.

No Brasil, com a instituição do mecanismo de tombamento em 1937, fica oficializada a proteção ao patrimônio cultural material, pelo menos no que diz respeito aos monumentos históricos, porém, mesmo para alguns dos exemplares citados até aqui, ainda demoraria para que fossem tombados, e mais ainda para que fosse de fato respeitada a legislação. A valorização desses patrimônios no âmbito municipal se dava de diversas formas, por muito tempo, porém, não legalmente salvaguardado.

As características fundamentais que se pode pensar o patrimônio edificado são pelo menos três: intervenção, conservação e restauração; porém, note-se que essas características englobam quase que exclusivamente o patrimônio material. E mesmo que tais práticas sejam trabalhadas visando-se a imaterialidade, em se pensando nesta forma, a intervenção seria um ato no mínimo questionável para sua manutenção, enquanto que a restauração perde seu sentido, bem como também, em certo modo, a conservação.

Definindo melhor este representativo do patrimônio, veio o Decreto-Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937, que no âmbito federal, já pensava o patrimônio histórico e artístico nacional em seu artigo 1º como o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.”¹⁸

Este mecanismo legal, pensando nacionalmente, produz o gérmen para que se pense a questão municipal, estadual, etc., já que esses patrimônios podem ter sua importância mesmo em níveis mais locais. Além do mais, não apenas define de forma mais direta o patrimônio histórico e artístico, mas serve principalmente para organizar sua proteção.

É interessante perceber também, que é disposto no Decreto-Lei citado anteriormente sobre os “conjuntos de bens móveis”, pois até agora, os exemplares vistos aqui, que são tidos como representativos do patrimônio histórico e artístico eram apenas os bens imóveis, como os monumentos, edificações, etc., mas em se pensando sobre os bens patrimoniais móveis, sua aplicação tem validade inclusive para o campo museal, já que esse conceito poderia incluir suas coleções.

¹⁸ BRASIL. Decreto-Lei n.º 25, de 30 de Novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União. Brasília, p. 24056, 06 dez. 1937. Seção 1

Neste sentido, algumas coleções, principalmente as caracterizadas como etnográficas e arqueológicas, de museus como Museu Paulista, Museu Paraense e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) foram tombadas por esse mecanismo legal.

Porém, os bens patrimoniais etnográficos e arqueológicos associados a sociedades pré-colombianas em geral tinham finalidade ritual, sendo sua principal característica os conhecimentos e saberes associados ao seu uso e criação, e que até podemos dizer como contemplados por essa legislação, mesmo que minimamente, mas essa preocupação só teria uma maior profundidade no desenrolar dos fatos.

De qualquer forma, essa legislação permitiu uma maior preocupação com o caráter científico do patrimônio cultural. Se a princípio a pesquisa científica era pouco pensada para o patrimônio histórico e artístico, mesmo dentro dos museus, a criação do SPHAN, somada ao Decreto-Lei que oficializava a salvaguarda desses patrimônios contribuiu para que esta fosse expandida.

Algum tempo depois, a questão toma outra importância, sendo até contemplada dentro da Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 216 já expandia aquela antiga percepção sobre o patrimônio. Agora não são apenas patrimônio histórico e artístico, mas sim patrimônios culturais, que são

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.¹⁹

O agora Patrimônio Cultural abrange uma gama bem maior dos representantes da cultura e história da sociedade, porém, através do disposto, apenas a percepção sobre esse patrimônio era mudada, porém, nenhum mecanismo legal – além do tombamento já disposto pelo decreto visto anteriormente – era pensado para abranger as novas formas de se pensar o patrimônio.

Um dos méritos que se tem nesta constituição é primeiramente pensar de forma mais abrangente o patrimônio cultural, e em segundo lugar, dar bases para se

¹⁹ BRASIL. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

pensar de forma estadual e até municipal, pois é o embasamento para se pensar as leis orgânicas.

Partindo como base a Constituição Federal, a Lei Orgânica do município de Belém, vem a definir de mesma forma o patrimônio, porém, com algumas modificações. No inciso III da Lei Orgânica do Município, além do que já é visto no Art. 216 da Constituição Federal, ainda é adicionado sobre as criações “artesanais, carnavalescas e folclóricas”²⁰, sendo também no inciso V adicionado que estes, que são descritos, devem ser “inerentes a reminiscências da formação de nossa história popular.”

Na Lei Orgânica, o Município aparece como a própria competência para realizar o tombamento dos bens patrimoniais arquitetônicos, culturais e artísticos, e ao Conselho de Patrimônio Cultural fica o dever de “assegurar a preservação e proteção de bens imóveis tombados e os bens móveis do acervo público municipal.”²¹

A legislação é atualizada com frequência maior, porém, apesar de alguns dos avanços, principalmente na definição deste patrimônio cultural, percebe-se que no quesito da criação de um mecanismo legal de fato, para a elaboração da salvaguarda do patrimônio, apenas as edificações e também alguns dos representativos arquitetônicos desse patrimônio é que são contemplados de uma forma segura nesta legislação.

Outra característica a ser pensada é que os “bens móveis do acervo público municipal” aparecem, mas da forma como o discurso do texto é elaborado, faz parecer com que a importância que se tenha de fato para os bens móveis, sejam muito mais seu valor econômico e político – talvez outros, como: artístico, histórico, etc. – do que seu valor cultural propriamente dito, já que apesar de tentar regular toda essa infinidade de patrimônios, os deveres não ficam tão bem explícitos, já que os deveres do Conselho de Patrimônio Cultural são voltados bem mais ao patrimônio edificado.

De forma geral, a incumbência de cuidar desses bens culturais móveis é cumprido melhor pelos museus, principalmente os que possuem a estrutura necessária para essa salvaguarda. Também do ponto de vista da pesquisa científica

²⁰ BELÉM. Lei Orgânica do Município, de 30 de março de 1990.

²¹ *Ibid.*

dentro deste espaço, é possível se ter uma finalidade mais específica do que apenas pensar a salvaguarda do patrimônio cultural como um fim em si mesmo.

Pensando neste sentido, mais voltado aos conhecimentos, saberes e práticas associados a esses patrimônios, o Decreto nº 3.551 de 4 de Agosto de 2000 vem instituir o primeiro instrumento legal elaborado para se pensar sobre esse patrimônio imaterial, que já se definira anteriormente.

Porém, é importante que seja pensado o sentido desta nova ferramenta, pois diferente do patrimônio edificado, material, este, por sua vez não pode ser incluído dentro do mesmo estandarte da conservação, restauração e intervenção, pois funcionando em outras dinâmicas sociais, necessitam de um outro tratamento no sentido de sua salvaguarda, pois vem pensar principalmente sobre a memória, identidade e formação da sociedade brasileira.

Estes mesmos elementos, são fundantes tanto do representativo material, como do imaterial do patrimônio cultural, mas com singularidades próprias, principalmente em se tratando do suporte que se tem para a dinâmica recriar essas memórias e identidades.

Com o registro instituído com este decreto, mesmo que ainda em forma distante de um modelo ideal, é possível, então, salvaguardar com maior abrangência o patrimônio cultural.

Um outro dispositivo legal criado neste âmbito foi o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), sendo este, bem mais em consonância com as práticas da pesquisa científica, pois este é um dos “instrumentos de pesquisa que busca dar conta dos processos de produção desses bens, dos valores neles investidos, de sua transmissão e reprodução, bem como de suas condições materiais de produção.” (SANT’ANNA, 2009, p. 56).

É interessante perceber o conceito sobre *referência cultural*, pois neste caso, poder-se-ia pensar tanto no patrimônio material, como no imaterial, como tal. No primeiro, a própria matéria, associada aos seus usos e significações agiriam como essa referência, podendo ser referenciada na outra a partir de outros parâmetros sem que o termo perdesse sua funcionalidade.

Segundo Sant’anna (2009) o INRC, operando com este conceito viria a superar “a falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, tornando-os como faces de uma mesma moeda: a do patrimônio cultural.” (p. 56), que em diversas formas, valores e sentidos, passa a representar cada vez mais uma parcela maior da

sociedade em sua tentativa de salvaguardar memórias e identidades locais, regionais, nacionais.

A importância disso é que apesar de toda a simplicidade ao se falar do campo do patrimônio cultural, este apenas se estabelece e se firma em meio a tensões e conflitos que se dão no meio da produção cultural, já que os recortes que são feitos com vista a sua salvaguarda muitas vezes estão bem longe de agir como um espelho de todas as características que representariam de fato as dinâmicas pelas quais o patrimônio cultural se define.

Nesse sentido, a *Belle Époque* se insere como um campo natural de conflitos, já que divergindo tempos e noções variadas, é onde tanto se mobilizam os conceitos e práticas do patrimônio, e esse é que pode ser considerado como uma verdadeira contribuição, tanto continuando, quanto aprimorando e iniciando as práticas voltadas ao patrimônio cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Belle Époque* é inquestionavelmente um elemento de grande importância para a cidade de Belém, no que diz respeito às características históricas, culturais, sociais e mesmo por sua grandiosidade e sua arquitetura, o que acabou promovendo a inclusão de diversos dos seus elementos no circuito da salvaguarda patrimonial, seja em âmbito municipal mais restrito, ou mesmo mais abrangente, nacionalmente e até internacionalmente.

A Análise do Discurso feita sobre os relatórios municipais do Intendente Antônio Lemos foi decisiva para compreender melhor o tema proposto de analisar a realidade patrimonial da época, que também serviu como base para se trabalhar a hipótese proposta inicialmente.

A compreensão de algumas das questões concernentes ao conceito de patrimônio, monumento e memória a partir do ponto de vista do discurso que fora proferido nos relatórios municipais foi fundamental para termos um olhar mais inequívoco sobre a importância desempenhada pela cultura, e principalmente pela memória social para o desenvolvimento e fundamento da ideia do patrimônio cultural que se teve.

Imerso neste discurso, foi possível analisar o percurso realizado por essa perspectiva que já acabava por pensar o patrimônio, bem como a sua salvaguarda, ficando comprovado que nessas discussões antecessoras sobre o patrimônio é que se encerrava o gérmen para o entendimento e definição mais atuais sobre o patrimônio.

Um pouco foi visto sobre o patrimônio imaterial, que contempla em maior grau demandas de outras classes sociais, mais distantes do centro de poder econômico e político, porém, não foi discutido em tanta profundidade esse tipo de patrimônio, que poderia ser um caminho a ser seguido na pesquisa, podendo ser, inclusive feita uma reflexão por sobre a tradição oral da época.

Pensar o patrimônio retrospectivamente talvez seja o melhor exercício que se tenha para uma avaliação tanto de sua maturidade, como de sua eficácia, podendo esta percepção, inclusive ser utilizada como uma ferramenta para o estabelecimento de novos diálogos e metas nas ações para o patrimônio, seja no plano dos museus ou não.

Com a perspectiva de maior abrangência sobre o patrimônio apresentada durante o trabalho, foi possível, inclusive desestabilizar a noção de uma falsa separação entre os patrimônios das coleções, musealizados e os imóveis ou edificados, frutos da patrimonialização. A proposta de salvaguarda deve entender as particularidades de cada um, porém, nunca dar exclusividade a um, em detrimento as necessidades formadas pelo conjunto de ambos.

Em se tratando sobre o museu, algumas percepções poderiam conciliar um melhor entendimento à compreensão do patrimônio vista durante o trabalho, pois é dito por Mensch, ao se referir as discussões de Tomislav Sola que o conceito de museologia “não é mais centrado no museu, mas lida com a nossa atitude em relação a nossa herança como um todo” (1994, p. 15), por onde podemos nos basear para pensar o panorama mais atual tanto no que tange ao patrimônio cultural como um todo, como para o papel dos museus nesse panorama.

Se anteriormente os museus se restringiam quase que estritamente ao patrimônio cultural móvel, dentro de suas coleções, hoje seus horizontes se alargam em cenário mais amplo. Rege o pensar museológico e patrimonial que não está mais apenas na materialidade, mas sim com um pensamento afinado aos mecanismos intrínsecos da memória como uma herança da cultura, seja ela tangível ou não.

Talvez possa se dizer que o movimento do patrimônio cultural tenha se desencadeado a partir de dentro dos museus ou talvez seja precisamente o contrário, dizendo-se que esse movimento tenha recaído exteriormente por sobre a instituição. Ou para ser mais justo neste argumento, esses dois polos, que se divergiam em uma infinidade, é que convergiriam impreterivelmente para o cenário que se estrutura atualmente.

Talvez a preocupação com o patrimônio e a cultura em Belém no período da *Belle Époque* fosse apenas uma tentativa de se assemelhar ao seu irmão maior, que ditava as tendências. Talvez apenas um dos anseios de ser tão grandioso como os sonhos poderiam ser pintados. Provavelmente, um símbolo da maturidade – ou mesmo dos devaneios de uma época – que a cidade como um todo começaria a demonstrar, tanto para si, quanto para fora, é que estaria desabrochando no momento dado.

De qualquer maneira, esse movimento, tão singular em sua forma de operar nessas terras, vinha e viria a se repetir em diversos tempos e nos mais

diversos territórios que se pode e poderá imaginar, pois *herdado* daquele desejo que no íntimo é compartilhado por toda a humanidade, de deixar o seu *legado* para toda uma descendência, continuará agindo, e talvez eternamente, pensando e sendo pensado para o desenrolar da trama que forma o patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

- APARECIDA SOARES, Marilda. **Semiologia da cultura material: lendo signos e representações sociais a partir de objetos**. In: Percursos Históricos, Ano I, vol. out., série 20/10, 2011.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad.: Maria Lúcia Pereira. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- BARRA, Ana Carolina Regis. **Fragmentos de sonho: a arquitetura do ferro em Belém**. In: Cad. de Pós-Graduação em Arquit. e Urb. v. 3, n. 1. São Paulo: 2003. p. 9-28.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. **A Cidade Sebastiana: Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade**. Edições do Autor, 2010
- CHAGAS, Mário. **Pesquisa Museológica**. In: MAST Colloquia 7: 2006. pp. 51-63
- CHOAY, Françoise. **Introdução Monumento e Monumento Histórico**. In: A alegoria do patrimônio. Trad.: Luciano Vieira Machado. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. p. 11-29
- COELHO, Geraldo Mártires. **Na Belém da Belle Époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares**. In: Revista Escritos, n. 5. RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. pp. 141-168. Disponível em: <http://goo.gl/jZ6Awv>
- DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque Amazônica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. *Kobo edition*. E-book.
- DEAN, Warren. **Prometeu às avessas, 1855-1876**. In: Luta pela borracha no Brasil. Nobel, São Paulo: 1989. pp. 29-50.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos chave de museologia**. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM. 2013. Disponível em: <http://goo.gl/6yMS1y>
- DUVIGNAUD, Jean. **Prefácio**. In: HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. p. 9-17.
- FRANÇA, Maria do P. S. G. Avelino; PIMENTA, Adriene Suellen Ferreira. **Educação de meninas órfãs na concepção do Intendente Antônio Lemos em Belém do Pará (1900-1906)**. In: Revista HISTEDBR On-line. n. 49. Campinas: 2013. p. 334-349
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1ª ed., 13ª imp., 2008.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Org.: Regina Abreu, Mário Chagas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33
- LARAIA, Roque de Barros. **A cultura condiciona a visão de mundo do homem**. In: Cultura: Um conceito antropológico. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão**. In: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da museologia**. In: Pretextos Museológicos 1. Trad.: Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UFG, 1994,

NELO SOARES, Elizabeth. **Largos, Coretos e Praças de Belém**. DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009. pp. 45-52.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Trad.: In: Proj. História. n. 10. São Paulo: 1993. p. 7-28

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212

POULOT, Dominique. **O monumento e a história**. In: Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. pp. 45-53.

SANT'ANNA, Marcia. **A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização**. In: Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Org.: Regina Abreu, Mário Chagas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 49-58

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

FAGUNDES DOS SANTOS, Robson; LUNARDELLI, Mariangela Garcia. **A visão dialógica do discurso**. In: II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem: Diversidade, Ensino e Linguagem. ISSN: 2178-8200

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. **Museologia ou patrimoniologia: reflexões**. in: MAST Colloquia 11: 2009. pp. 43-59

SILVA, René Marc da Costa. **Memória, Identidade e Patrimônio**. In: Cultura Popular e educação. Salto Para o Futuro. Brasília: Salto para o futuro/ TVEscola/ SEED/ MEC, 2008. p. 85-89

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-époque (1870-1910)**.

SOUZA, Roseane Silveira de, **Teatro da Paz: histórias invisíveis em Belém do Grão Pará**. 2010.